

Ata da Vigésima Sessão Ordinária, do segundo ano da Décima Quinta Legislatura da Câmara Municipal de Jaguariúna, realizada aos nove de setembro de dois mil e quatorze, às dezenove horas e trinta minutos, na Sala das Sessões “Vereador Reynaldo Chiavegato”, da Câmara Municipal, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, desta cidade. Presidente Sr. Alfredo Chiavegato Neto. Vice-Presidente Sr. Adilson José Abracez. Secretários Srs. Rita de Cássia Siste Bergamasco e Ângelo Roberto Torres. Primeiramente, foi feita a Leitura de Texto Bíblico, conforme Resolução n.º 80, de 21 de fevereiro de 1997, sendo que o Sr. Presidente convidou a Sra. Rita de Cássia Siste Bergamasco para proferir o seguinte texto: Livro dos Provérbios – Capítulo 4, versículos 20 a 27: “Meu filho, esteja atento às minhas palavras e dê ouvidos aos meus conselhos. Nunca os perca de vista e guarde-os no seu coração. Pois eles são vida para quem os encontra e saúde para o seu corpo. Acima de tudo, guarde o seu coração, porque dele brota a vida. Afaste-se da boca enganosa e fique longe dos lábios falsos. Que seus olhos olhem para a frente e que seu olhar se dirija para diante. Fique atento às trilhas onde você coloca os pés, e que todos os seus caminhos sejam firmes. Não se desvie nem para a direita, nem para a esquerda, e afaste do mal os seus passos.” A seguir, o Sr. Presidente determinou a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Adilson José Abracez, Alfredo Chiavegato Neto, David Hilário Neto, Fábio Augusto Pina, Gerson Antonio, Luiz Carlos de Campos, Rita de Cássia Siste Bergamasco, Rodrigo da Silva Blanco, Romilson Nascimento Silva e William de Souza Silva. Ainda estavam ausentes na Sessão os Srs. Alexandre da Silva Santos, Ângelo Roberto Torres, e Luiz Gustavo Gothardo. Constatando número regimental, o Sr. Presidente, proferindo as seguintes palavras: “Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos”, declarou aberta a Sessão, dando início ao Expediente: primeiramente, o Sr. Presidente colocou em votação a Ata da Sessão Ordinária anterior, a qual foi aprovada por unanimidade de votos pelo Plenário e assinada pela Mesa. A seguir, o Sr. Presidente comunicou que, visto a apreciação, na Ordem do Dia, das Contas do Município de Jaguariúna, referentes ao exercício financeiro de 2010 (TC n.º 2853/026/10), a partir daquele momento o Expediente seria reduzido a 30 minutos, em conformidade com o § 4º do Art. 281 do R.I. O Sr. Presidente registrou a presença do Vereador Luiz Gustavo Gothardo, a seguir, determinou a Leitura da Matéria Constante do Expediente: pela ordem, o Sr. David Hilário Neto pediu a palavra apresentando requerimento verbal, baseado no Art. 213, II do Regimento Interno solicitando que fosse dispensada a leitura, na íntegra, dos Requerimentos, das Indicações e da Moção dos Senhores

Vereadores, e das correspondências de diversos, lendo-se apenas as ementas, como constavam na pauta; a seguir, em discussão e votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. O Sr. Presidente registrou a presença do Sr. Ângelo Roberto Torres. A seguir, o Sr. Presidente determinou a leitura dos Ofícios do Senhor Prefeito: 1. Ofício DER nº 081/2014, encaminhando a Casa Projeto de Lei que dispõe sobre denominação de estabelecimento de saúde como Centro de Especialidades Odontológicas – CEO Lázaro Poltronieri – Inho; o Sr. Presidente registrou a presença do Vereador Alexandre da Silva Santos; 2. Ofício DER nº 082/2014, encaminhando a Casa Projeto de Lei que dispõe sobre inclusão do art. 52-A no Plano Plurianual para o período de 2014 a 2017 (Lei Municipal nº 2.173/2013); 3. Ofício DER nº 083/2014, encaminhando a Casa Projeto de Lei que dispõe sobre inclusão do art. 55-A nas diretrizes orçamentárias 2015 (Lei Municipal nº 2.229/2014); 4. Ofício DER nº 084/2014, encaminhando a Casa Projeto de Lei que dispõe sobre o repasse de valores do ICMS Ecológico para o Fundo Municipal de Meio Ambiente – FMMA, e dá outras providências, depois de lidos, foram os projetos encaminhados para as Comissões Permanentes, para parecer. A seguir, dos Senhores Vereadores foram lidas as ementas das seguintes proposituras: Requerimentos: 1. Do Sr. Gerson Antonio – Gerson do Gás, solicitando ao Executivo Municipal informações sobre quando a iluminação no trecho que liga a Av. Pacífico Moneda, altura do Condomínio Quinta da Laranjeira, ao balão da Av. Silvio Rinaldi, e na SP-95 trecho da Interclínicas até o Bairro Roseira de Cima será realizada; 2. Dos Srs. Gerson Antonio – Gerson do Gás, Alexandre da Silva Santos – Xanddy e Rodrigo da Silva Blanco – Magrão solicitando ao Executivo Municipal informações sobre o andamento e a previsão dos seguintes requerimentos de autoria dos mesmos: Requerimento nº 157/2014 solicitando ao Executivo Municipal informações das causas que motivaram o fechamento da UPA entre outras questões; Requerimento nº 163/2014 solicitando ao Executivo Municipal informações e providência, com relação à empresa que realizou a construção do prédio da UPA e seu fechamento (com cópia para o Ministério Público do Estado de São Paulo); 3. Do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando à Telefônica – Telecomunicações de São Paulo – Vivo efetuar conserto/manutenção de todos os aparelhos telefônicos (orelhões) instalados nos bairros Santo Antonio do Jardim, Bom Jardim e Floresta. Indicações: 1. Do Sr. Gerson Antonio – Gerson do Gás, solicitando ao Executivo Municipal a construção de uma lombada ou outra medida de segurança na rua Victório Mathiuzo, no Jardim Cruzeiro do Sul; 2. Do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando ao Executivo Municipal que ao denominar

ruas e/ou logradouros públicos da cidade se lembre do nome de Sérgio Fornos. Moção do Sr. Rodrigo da Silva Blanco - Magrão de Pesar pelo passamento da Sra. Zilda Borges, ocorrido no dia 22 de agosto pp, aos 45 anos de idade, nesta cidade. A seguir, foram lidas as ementas das seguintes correspondências de Diversos: 1. Comunicado nº 001862/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 3.960,00; 2. Comunicado nº 001863/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 7.762,84; 3. Comunicado nº 007873/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 6.494,03; 4. Comunicado nº 007874/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 50.000,00; 5. Comunicado nº 020231/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 11.633,25; 6. Comunicado nº 026354/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 3.536,78; 7. Comunicado nº 026355/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 11.549,58; 8. Comunicado nº 032436/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 6.000,00; 9. Comunicado nº 038624/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 2.200,00. A seguir, o Sr. Presidente colocou em votação as Proposituras abaixo, comunicando que se houvesse desejo de discussão, deveriam proceder de acordo com o Art. 154, alínea única, do Regimento Interno, alterado pelas Resoluções nºs 63 e 91: 1. Requerimento do Sr. Gerson Antonio – Gerson do Gás, solicitando ao Executivo Municipal informações sobre quando a iluminação no trecho que liga a Av. Pacífico Moneda, altura do Condomínio Quinta da Laranjeira, ao balão da Av. Silvio Rinaldi, e na SP-95 trecho da Interclínicas até o Bairro Roseira de Cima será realizada, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 2. Requerimento dos Srs. Gerson Antonio – Gerson do Gás, Alexandre da Silva Santos – Xanddy e Rodrigo da Silva Blanco – Magrão solicitando ao Executivo Municipal informações sobre o andamento e a previsão dos seguintes requerimentos de autoria dos mesmos: Requerimento nº 157/2014 solicitando ao Executivo Municipal informações das causas que motivaram o fechamento da UPA entre outras questões; Requerimento nº 163/2014 solicitando ao Executivo Municipal informações e providência, com relação à empresa que realizou a construção do prédio da UPA e seu fechamento, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 3. Requerimento do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando à Telefônica – Telecomunicações de São

Paulo – Vivo efetuar conserto/manutenção de todos os aparelhos telefônicos (orelhões) instalados nos bairros Santo Antonio do Jardim, Bom Jardim e Floresta, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 4. Moção do Sr. Rodrigo da Silva Blanco - Magrão de Pesar pelo passamento da Sra. Zilda Borges, ocorrido no dia 22 de agosto pp, aos 45 anos de idade, nesta cidade, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir o Sr. Presidente deixou a palavra livres aos Senhores Vereadores que quisessem fazer uso por trinta segundos, seguindo ordem de inscrição em livro, versando sobre Temas Livres: pela ordem, tomaria a palavra a Sra. Rita de Cássia Siste Bergamasco que a passou; tomou a palavra o Sr. Rodrigo da Silva Blanco que cumprimentou a todos, dizendo de deixar ali registrado sua indignação por não ter tido a manifestação da Pátria dia sete de setembro, uma tradição que seguia como exemplo para as crianças na escola, e que falavam que era por causa de gastos, e que tinha muita coisa que naquela semana iria acontecer, e iria ter um gasto exorbitante, e por isso queria deixar ao Executivo essa mensagem, sua indignação de não ter esse evento tão importante que fazia parte da criação das crianças e do ser de amanhã; desejou boa noite a todos; a seguir, tomariam a palavra os Srs. Romilson Nascimento Silva, William de Souza Silva, Adilson José Abracez, Alexandre da Silva Santos, Ângelo Roberto Torres, David Hilário Neto e Fábio Augusto Pina que a passaram; tomou a palavra o Sr. Gerson Antonio que cumprimentou a todos, dizendo que iria falar rapidinho que o tempo era curto, e pegando o gancho do nobre Colega Magrão, falando a respeito de gasto, iria ter um show no dia do aniversário da cidade, iriam ser gastos vinte mil reais para locação de som, oito com segurança, dezoito com cantor, cinco mil e quinhentos com palco, num total de cinquenta e dois mil e setecentos e vinte e oito; disse que se não tinha dinheiro para as crianças passarem na avenida tocando, e que achava que iria gastar bem menos que isso, agora para show tinha, e um show que de repente, alguém gostava, outros não, mas se não tinha dinheiro na Saúde, economizasse um pouquinho mais, também; agradeceu, desejando boa noite; a seguir, tomaria a palavra os Srs. Luiz Carlos de Campos, Luiz Gustavo Gothardo e Alfredo Chiavegato Neto que a passaram. Terminado o Expediente, o Sr. Presidente suspendeu a sessão por 15 (quinze) minutos, conforme determinava o Art. 149, Parágrafo Único, do Regimento Interno. Terminado o prazo concedido, o Sr. Presidente reabriu a Sessão determinando a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Adilson José Abracez, Alexandre da Silva Santos, Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres, David Hilário Neto, Fábio Augusto Pina, Gerson Antonio, Luiz Carlos de Campos, Luiz Gustavo

Gothardo, Rita de Cássia Siste Bergamasco, Rodrigo da Silva Blanco, Romilson Nascimento Silva e William de Souza Silva. Constatado número regimental, o Sr. Presidente deu início à Ordem do Dia: Em Única Discussão foi apreciado o Processo CM nº 083/2012, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que dispõe sobre as Contas do Município de Jaguariúna referentes ao exercício de 2010 – TC nº 2853/026/10 – responsável: Prefeito Márcio Gustavo Bernardes Reis. Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer da maioria dos membros da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade apresentando Projeto de Decreto Legislativo que aprova as contas da Prefeitura Municipal de Jaguariúna, atinentes ao exercício financeiro de 2010. A seguir, foi feita a leitura do voto em separado do Vereador Luiz Carlos de Campos, membro da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade apresentando Projeto de Decreto Legislativo que rejeita a prestação de contas anuais da Prefeitura Municipal de Jaguariúna, relativa ao exercício financeiro de 2010. Terminada a leitura do Parecer da Comissão e do Voto em Separado do Sr. Luiz Carlos de Campos, em Única Discussão foi apreciado o Projeto de Decreto Legislativo nº 006/2014, da Maioria dos membros da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, que aprova as contas da Prefeitura Municipal de Jaguariúna, atinentes ao exercício financeiro de 2010. (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49, “a” § 1º do R.I.) . Antes de colocar em discussão, o Sr. Presidente disse que ele só gostaria de abrir um espaço ao responsável pelas contas de dois mil e dez ou ao seu advogado, devidamente constituído, para que fizesse as devidas considerações e explicações; a seguir, não havendo ninguém inscrito e nenhum dos responsáveis, o Sr. Presidente abriu a discussão para que os Vereadores pudessem fazer uso da palavra e disse que eles estavam discutindo o Decreto Legislativo de aprovação das contas; a seguir, pediu a palavra o Sr. Luiz Carlos de Campos que cumprimentou a todos e disse que ele fez um voto em separado em relação à Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade que era composta por ele, pelo Romilson e pela Vereadora Rita, e que as contas de dois mil e dez, a Rita tinha lido lá no parecer que ela assinou, que ela emitiu, os percentuais das contas de dois mil e dez; eles não foram infringidos, o que infringiu no caso lá, foi o déficit orçamentário em setenta e nove, também, que ela tinha lido lá, ou seja, a Despesa de dois mil e dez, ela foi maior do que a Receita, foram três milhões, duzentos e setenta mil reais, aquele déficit orçamentário; aquele parecer que eles assinaram lá, aquela parte jurídica, o Departamento Jurídico da Câmara pesquisou em relação ao decurso de prazo, era que aquele processo de dois e dez, ele deu entrada na Câmara depois de

todos os procedimentos no Tribunal de Contas, no dia vinte e seis do onze de dois mil e doze e, pela lei Orgânica, aquele projeto teria de ser votado até meados de abril de dois mil e treze; como aquilo não ocorreu, o ex Prefeito na sua defesa, ele solicitou aprovação pelo decurso de prazo, já que o Tribunal tinha emitido um parecer favorável pelas contas, então, ele requereu aquele instituto, mas como foi bem fundamentado, aquilo não existia mais na legislação brasileira, e ele deu o voto contrário, também, porque nas contas de dois mil e nove que foram rejeitadas em dois mil e treze, o Tribunal de Contas considerou procedente a denúncia quanto ao número elevado de cargos em comissão; em dois mil e oito tinham cento e trinta e seis cargos em comissão ocupados, em dois mil e nove foram para duzentos e cinquenta e cinco, um aumento de cinquenta e oito por cento; disse que até no parecer de dois mil e nove fizeram uns cálculos de quanto atingiria aquele acréscimo no cargo em comissão, quanto representaria no caso, e em dois mil e dez houve mais um acréscimo de cinco por cento, de duzentos e cinquenta e cinco, passaram para duzentos e sessenta e oito cargos ocupados; disse, ainda, que o segundo ponto que ele se apegou para aquele voto, foi em relação à outra denúncia no Tribunal de Contas, com relação a alguns convites para shows e montagem de palco, contratação de empresas para realização de shows e produção de eventos, que eram aqueles convites que foram lidos no parecer e também a inelegibilidade de licitação que corresponderam seiscentos e dezoito mil, oitocentos e noventa e dois reais; naquele caso o Tribunal de Contas considerou irregulares aquelas despesas e dos apontamentos que ele extraiu dos relatórios do Conselheiro do Tribunal de Contas, que foi o doutor Renato Martins Costa, e o que tinha levado àquilo foi o grau de parentesco entre as empresas que participaram do convite, então, sócio proprietário de uma empresa, era parente do sócio proprietário de outra empresa, então por isso que o próprio Tribunal de Contas considerou irregulares aquelas empresas, e ele também citava lá que os certames licitatórios sempre contavam com a concorrência das empresas, sendo alternadamente vencidas por uma delas; outra coisa que ele quis destacar que não levava à rejeição de contas era o gasto com publicidade, aquilo, infelizmente, não era exclusivo de município, eles viam, às vezes, o Estado, a União, era muito dinheiro público gasto com propaganda, não tinha, infelizmente, que ele soubesse, um limite quanto a isso, ele achava que tinha de ter bom senso, ele achava que tinha sido muito dinheiro gasto em relação à propaganda e publicidade e tinham os atos oficiais que foram cento e cinquenta e quatro mil, que tinha de ver a publicação, tinha de dar publicidade mesmo, mas a institucional deu um milhão e meio, era muito dinheiro e era aquilo que

ele ficava, às vezes indignado, eles viam na televisão, geralmente o Governo Federal e os municípios, ele achava que tinha de ir para um outro caminho, porque eles sabiam que os recursos dos Municípios, infelizmente, eram poucos; ele achava que o sistema estava errado, o município deveria arrecadar mais, então, já que ele não arrecadava tanto dinheiro, ele tinha de priorizar as suas despesas, por isso que ele tinha dado um voto contrário à aprovação daquelas contas de dois mil e dez; a seguir, pediu a palavra a Sra. Rita de Cássia Siste Bergamasco, que cumprimentou a todos dizendo que, na verdade, eles analisaram dois mil e dez, o Romilson, pela Comissão, fizeram algumas reuniões, destacaram lá os índices destacados e aprovados, apontados pela análise do Tribunal de Contas, como favorável, então, ela entendia que o Município em dois mil e dez, ele cumpriu aquilo que determinava que eram os índices lá na Educação, na questão da execução orçamentária, na questão de pessoal, lembrando que a questão dos cargos em Comissão, se fossem analisar, deveriam analisar todos os anos e reprovar as contas de todos os prefeitos, porque todos tinham cargos de confiança e muitos, e pior, aprovados pela Câmara, então, ela achava que aquilo era uma questão um pouco, ainda, que era um vício que, infelizmente, se tinha e que deveria ser corrigido, então, ela ficava com o parecer do Tribunal de Contas, justamente, porque o Município tinha cumprido aqueles índices favoráveis; daquela, forma a Comissão tinha dado parecer favorável de dois mil e dez, e a questão da publicidade que o Bozó ressaltou, não tinha dúvidas que ficava um alerta para aquela questão, mas, ela não entendia que aquilo fosse um motivo de reprovação de contas que cumpriram os índices todos lá determinados no orçamento; a seguir, pediu a palavra o Sr. Adilson José Abracez; que cumprimentou a todos dizendo que os presentes estavam sempre lá os ajudando, sendo testemunhas dos trabalhos da Casa e que ele era testemunha de quanto o Vereador Bozó se empenhou, estudou e se empenhou junto com a Comissão, se empenhou muitas vezes sozinho, e verificou onde ele foi buscar as irregularidades, nos apontamentos dos auditores, todos os que ele citou no seu parecer foram puxados daqueles apontamentos dos auditores; disse que o Tribunal pegou a conta, parecia para ele até preguiçosamente, somou, multiplicou, dividiu, aplicou o índice e falou que estava tudo bem, mas embaixo do tapete era que a coisa estava escondida e o auditor pegou, aquilo que o auditor pegou, e o que não pegou e que eles sabiam era muito mais do que aquilo, aqueles convites para os shows, onde três firmas, quatro firmas eram da mesma família, pertenciam a um grau de parentesco, era uma armação para ganhar todos os convites, e também porque tinham convites (naquele momento houve manifestação na assembleia e o Sr.

Presidente pediu para que não se manifestassem e o Sr. Vereador Adilson disse para que a pessoa que estava se manifestando que primeiro ela fosse Vereadora, se inscrevesse na tribuna para depois falar o que quisesse, mas que ele queria que ela o respeitasse, porque ele estava falando e que as outras pessoas estavam querendo ouvir), e continuou sua fala dizendo os convites, aqueles que ainda precisariam de licitações não foram feitas licitações, a questão da publicidade era mais uma propaganda do que uma publicidade oficial, dez vezes mais do que os informes necessários e legais que a Prefeitura precisava, dez vezes mais, cento e cinquenta para um milhão e quinhentos, era lógico que tudo aquilo ia para as empresas e ninguém sabia como, com que facilidade ela ia e com que facilidade ela poderia voltar, então, acreditando no parecer do Bozó, respeitando o parecer do Romilson e da Rita, ele estava convicto que eles deveriam rejeitar aquele processo, aquele Decreto Legislativo da Rita e do Romilson, também convicto, além de convicto, ele estava com a consciência tranqüila, porque eles souberam e todos eram testemunhas o que foi aquela administração catastrófica em Jaguariúna, onde pessoas estranhas ao Município, sem nenhuma paixão ao Município, sem o menor apego ao Município, foram participar lá como ave de rapina, usufruir do grande orçamento que Jaguariúna tinha, parecia aquele bando de pássaros migratórios, eles desciam, acabavam com a lavoura, levantavam e iam descer em outro município, fizeram aquilo com Jaguariúna e ela foi arrasada, e eles tinham a obrigação de tirar com aqueles processo, com aquelas rejeições, tirar aquela pessoa do circuito eleitoral, da política de Jaguariúna e da política nacional, uma pessoa que fez aquele erro, que fez toda aquela barbaridade, tinha de ser excluída da política, e era a maneira deles contribuírem com aquilo, era naquele momento, na hora das votações, eles tinham de estar conscientes de que aquela administração arrasou com Jaguariúna, enriqueceu pessoas, estragou, desestruturou as normas jurídicas e de trabalho dentro da própria Prefeitura; disse que tinham projetos em que o cidadão tinha um alvará de construção e nem se quer dentro da Prefeitura tinha o projeto lá, não se achava o projeto e não tinha um alvará para construir, então, além daquela questão financeira, do roubo, houve aquela desestruturação, aquele desestímulo aos funcionários que trabalhavam corretamente, ele estava tranquilo e também tinha o sentimento do dever cumprido votando contra aquela propositura; agradeceu a todos pela atenção; a seguir, pediu a palavra o Sr. Romilson Nascimento Silva, que depois de cumprimentar a todos os presentes, disse que ele queria fazer a fala dele baseado na da Rita, levando em consideração, em respeito ao Tribunal de Contas que deixava claro lá que todos os números foram atendidos, os

seguimentos Saúde, Educação, todos os demais requisitos, ele achava que tinham de se atentar fato a fato e que ele concordava com o Sr. Adilson em partes da fala, mas a conta em dois mil e dez, a conta estava aprovada e se chegasse reprovada em dois mil e onze, ele seguiria o Tribunal de Contas como seguiria em dois mil e doze; disse que ele votou no ano passado pela rejeição, mas ele achava justo e a consciência dele optou que ele votasse a favor, porque veio com parecer favorável; disse que ele deixava, também, o alerta, concordava com o que os demais tinham falado em relação aos gastos, achava que, realmente, teve um gasto elevado com propagandas, foram questionadas todas as prioridades lá e achava que aquilo valia para todos os governos para ver o que era prioridade, o que não era; o que era prioridade do Município era a Saúde, a Educação; Rodeio, ele não sabia, e seria bom que todos os gestores tivessem conhecimento das prioridades, porque depois a população que sofria, o evento chegava e ia embora e ele não via o legado que ficava no Município e que o legado era o crescimento do Município, principalmente, a Educação e Saúde, que as pessoas clamavam; era aquilo que ele queria dizer, agradeceu a todos; a seguir, pediu a palavra o Sr. William de Souza Silva, que cumprimentou a todos e disse que ele só gostaria de fazer uma observação antes de dizer o seu voto e questionou se houve a apresentação de defesa prévia por escrito e o Sr. presidente disse que houve apresentação de defesa prévia por escrito com relação ao decurso de prazo, dizendo que a Câmara já não tinha que analisar mais as contas em virtude que o prazo já tinha se expirado para isso e dizendo que era para acompanhar o parecer do Tribunal de Contas, foi anteriormente; o Sr. William disse que ele ficava triste em um julgamento, eles tinham o dever constitucional de sempre primar pela legislação e ele achava que o poder legislativo era um órgão importante, foi criado lá dentro da sua função social pela Constituição Federal, onde uma das funções do Poder Legislativo era aquele: julgamento de contas dos gestores e do chefe do poder executivo; ele achava que em todos os julgamentos tinham de primar pela imparcialidade, embora muitos defendessem que aquele era um julgamento político; haviam questões partidárias, bandeiras que influenciavam num julgamento, mas tinham lá as leituras dos procedimentos, dos papéis, questões técnicas, jurídicas sendo analisadas, cálculos e contas, cálculos contábeis, situações de ações jurídicas, questões previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal e ele criticava o termo apenas como um julgamento político, tinha lá o Departamento Jurídico para sanar as dúvidas deles, tinham lá alguns Vereadores com a formação jurídica, como ele, e ele confessava que ele tinha a tranquilidade de analisar aqueles procedimentos; disse que ele fez, durante o

curso que se apresentou, ele ficava triste por um fator, eles ingressaram num processo político, eles deveriam dar a cara deles porque eles eram representantes públicos, eles defendiam as questões partidárias deles, eles defendiam os compromissos de campanha e eram eleitos pela população e num momento como aquele que deviam prestar contas das responsabilidades deles e da confiança que a população prestou, durante um período que exerceram um cargo público, não realizaram os procedimentos, incluindo o de defesa, ele achava uma falta de respeito com a Câmara, naquele julgamento, ele não viu nenhum advogado, nenhuma parte lá, o Sr. ex Prefeito lá e tentando o convencer e tentando explicar para o público lá presente, as condições ou qualquer tipo de inverdade prevista lá; pediu desculpas pelo desabafo, mas ele que tinha participado durante a sua formação jurídica de vários julgamentos, acompanhado, estudado, ele achava uma falta de respeito aquilo, não ter nenhum procedimento de defesa, ele achava que lá eles estavam julgando um agente político, eles estavam lá na função de Vereador colocando, apontando irregularidades, ele achava que a pessoa deveria estar lá de forma procedimental; foi aberto, houve publicações no Diário Oficial, com prazo de antecedência para a pessoa estar lá, não tinha como alegar ignorância e eles não viam aquele procedimento lá, ele achava que aquilo era se esconder das responsabilidades e na hora de ir lá, fazer campanha, falar que iam fazer isso, fazer aquilo, era bonito, mas na hora de ir lá prestar contas e responsabilidades, ele garantiu a todos que ele jamais iria para o lado pessoal de ninguém e ele não tinha problema com pessoa nenhuma, mas lá ele tentava ser imparcial e responsável nas suas decisões, e por isso não havia pressão nenhuma e ele ia tranquilo no seu posicionamento; houve vários posicionamentos que ele aproveitava e questionava o Tribunal de Contas, ele respeitava todos os técnicos do Tribunal de Contas, ele não era técnico em contabilidade, mas ele respeitava todos aqueles técnicos concursados que estavam lá prestando suas informações, mas não dava para entender que eles colocavam vários apontamentos de caráter grave e ele questionava, se o Sr. Relator, Vereador Bozó o permitisse, ele parabenizou o relatório dele, mas se ele fosse simplesmente pelo relatório, existiam outras situações importantes e ele colocava uma que, inclusive, ele tinha defendido na campanha e uma coisa que ele não ia fazer lá era fugir das responsabilidades dele e quem acompanhou a campanha dele, ele apontou aquilo e ele colocou no voto da campanha passada; tinham lá um Estádio Municipal, uma empresa privada, aquele estádio foi cedido para uma empresa privada, realizar campeonatos, coisa que era inadmissível na Administração Pública, um município efetuar recursos diretos

ou fazer “gracias” para empresas privadas; queria ele abrir uma empresa privada (naquele momento o Sr. Presidente disse que, sem autorização da Câmara, que com autorização da Câmara poderia, não foi solicitado e ele estava correto); o Sr. William pediu desculpas por não colocar aquele apontamento e disse que não houve objeto do estudo, não teve mesmo autorização da Câmara, até porque se tivesse teria de passar por um processo licitatório, também, não houve um processo licitatório, mas uma burla na legislação; então, aquilo ele encarava como uma situação muito mais grave também, queria ele criar uma empresa privada e receber aquele incentivo do Município, a possibilidade de lucro dele seria muito melhor, por isso que a legislação não permitia que fizesse aquilo, o administrador público não era dono do dinheiro, ele tinha de cumprir as regras, e que ele tinha feito aquela explanação simplesmente para deixar claro e a indignação dele, naquele julgamento, era não ver defesa sendo apresentada e não ver, no mínimo, um advogado, um representante lá fazendo aquela defesa do julgado, e por caráter, também, que era utilizado em qualquer julgamento, por analogia, inclusive o próprio Poder Judiciário, todos os órgãos julgadores e ele já viu julgamentos de Câmaras Municipais, quando as pessoas não compareciam ao julgamento, havia aquele ato da AR Revelia, e a AR Revelia existia, justamente, para as pessoas respeitarem os processos, porque o Estado não poderia montar um arcabouço de procedimentos para realizar determinada sentença e as pessoas iam quando queriam nos julgamentos, então, aquela era a indignação dele e a falta de respeito, respeitando as colocações dos demais colegas, mas tinham, sim, um histórico precário, uma gestão temerária, incluindo o ano de dois mil e dez, então, estavam dentro da função deles de Vereadores, de julgar, independente do Tribunal, então, ele fazia aquilo com responsabilidade e julgava contrário a decisão do Tribunal de Contas; agradeceu a atenção de todos; em seguida, fez uso da palavra o Sr. Presidente, Alfredo Chiavegato Neto, que cumprimentou a todos e disse que ele gostaria de iniciar a fala dele, daquele debate, em virtude de acontecimentos passados; primeiramente, parabenizou a forma como estava sendo conduzido aquele debate, diferente de um momento anterior, onde eles foram pressionados, Vereadores na época, por uma situação que teria de ser imposta naquele momento, ele voltava a dizer que tiveram na Casa muitos daqueles funcionários que estavam lá apontados pelo Tribunal, em comissão, obrigados a ir na Câmara Municipal, onde tinham pessoas anotando quem ia lá, com lista de presença para pressionar os Vereadores a tomarem uma decisão com relação às contas de dois mil e sete; disse que estava falando aquilo porque era diferente daquilo que estava acontecendo naquele momento; era lógico que por trás

daquilo existia uma pressão política e uma vontade de ambas as partes de tomarem uma situação como outra, mas ele estava deixando aquilo claro para dizer que a forma salutar como aquilo estava acontecendo era muito bom e salutar para aquela Casa; falou que naquele momento a Susi estava presente também, teve seguranças de fora, com ônibus pressionando, armados, a situação tinha sido crítica, Vereadores, realmente, preocupados e ameaçados com a sua integridade física, e aquilo, graças a Deus, eles não estavam vendo naquele momento; o que cabia era a decisão de cada um deles e com relação àquela conta daquele dia, como o próprio Vereador Zidane disse, em dois mil e nove começou a derrocada do Município, a situação naquele momento não era fácil e eles não estavam mascarando através de propaganda que a situação estava fácil, em dois mil e oito, dois mil e nove, os índices já apontavam para uma recessão a nível internacional que reverteu, principalmente, para o Município de Jaguariúna em virtude da Motorola que tinha; no Município foi caindo drasticamente os índices de ICMS e o Município tinha de tomar atitude a partir de dois mil e nove para que eles pudessem obter os índices, pelo menos de um orçamento condizente com aquilo que arrecadava; o próprio Tribunal de Contas no parecer de dois mil e dez, falou que já estavam em déficit orçamentário, então, através do aumento de número de funcionários que aumentou em mais de oitenta e oito por cento, que aumentou em comissão, através das despesas para mascarar o Município de uma situação que não existia, o Município ano a ano foi se degradando, com inúmeras avalanches de denúncias que aconteceram no Tribunal de Contas a partir dos anos que vieram, todos poderiam ter certeza que as contas de dois mil e onze e dois mil e doze, não seriam aprovadas, em virtude das denúncias e de uma melhor análise por parte dos auditores ao Município de Jaguariúna, porque o Município sempre foi próspero e equilibrado financeiramente, aquilo não ocorria mais, então, havia um olhar diferenciado para o Município, atualmente e, infelizmente, a situação deixada pela administração passada foi grave e todos estavam pagando o preço até os dias de hoje; uns falavam em números, em índices, realmente, era obrigado a gastar trinta por cento, vinte e cinco por cento na Educação, quinze por cento em Saúde, mas como foi gasto aquele recurso, aquele era o xis da questão, que se gastou trinta por cento em Educação, gastou mesmo mas, como foi gasto, de que forma; questionou se foi construída alguma escola, em dois mil e dez, se foi construída alguma creche, ele não ia falar em dois mil e dez, ele ia falar ao longo dos quatro anos, a Saúde do Município estava difícil, atualmente, mas daquela vez estava pior ainda e aquilo tudo era reflexo e, infelizmente, como tinha sido dito lá, por pessoas que não tinham o menor

compromisso com o Município, se instalaram nele através de um apoio em uma campanha política, onde foram subtrair tudo aquilo que tinha de riqueza no Município, e deixou para os moradores de Jaguariúna, uma comunidade que estava tentando mostrar que estava com dificuldades, tinham de tentar vencer aqueles percalços, então, ele, além de ter um interesse político que aquelas contas fossem rejeitadas, ele tinham um interesse como munícipe também, porque ele passou como Vereador por aquilo de ver o Município cair dia a dia, ano a ano, então, ele pedia a todos que refletissem, não podia um simples parecer; disse que os índices das contas de dois mil e sete também eram acima dos índices previstos na Constituição, e mesmo daquela forma, foi rejeitado, então, ele esperava que eles, realmente, extirpassem do cenário político pessoas como aquelas, porque o único responsável pelas contas, o único era o Prefeito, não se falava em Secretário, porque eles sabiam que passaram vários secretários nas pastas lá, que saíram por denúncias, que saíram para ir para outro Município, mas quem respondia, infelizmente, era o Prefeito, e ele, ele poderia ter a certeza de que sabia de todas as situações que aconteciam com a cidade, então, ele pedia aos nobres Pares que refletissem, naquele parecer favorável, ele só votaria em caso de empate, mas se fosse votar o parecer contrário, o voto dele era favorável ao parecer contrário do Tribunal de Contas, naquele, realmente, ele não poderia compactuar e só cabia a ele dar a opinião, então, ele pediu aos nobres pares que votassem contrário para aquele Decreto Legislativo aprovando as contas de dois mil e dez, era uma resposta que eles davam à sociedade que cobrava, que via o menino, o bonito andando pela cidade e não acontecia nada, e, realmente, era difícil acontecer, dependia da justiça e a Câmara só julgava politicamente e eles encaminhavam o processo ao Ministério Público, para que lá, realmente, ele tomasse as devidas providências, mas era o primeiro passo aonde a sociedade estava se manifestando e para as pessoas que o procuravam, ele iria dar aquela resposta, ele ia fazer a parte dele, não dependia só dele, dependia de uma série de colegas que teriam de ter a mesma análise que a dele, mas que a cobrança era grande para que as pessoas não andassem impune pela cidade, aquilo era grande, então, ele pedia para as pessoas que, realmente, refletissem os votos delas e fizessem aquilo da maneira mais tranquila e democrática possível; a seguir, pediu a palavra o Sr. Alexandre da Silva Santos que cumprimentou a todos, dizendo de justificar seu voto, que mais uma vez iria votar favorável ao Tribunal de Contas, não poderia ser incoerente àquela questão, e que no ano anterior tinha votado as contas de dois mil e sete contra, acompanhando o Tribunal de Contas, dois mil e nove, também, acompanhando o Tribunal de Contas, e naquele ano favorável era o

parecer do companheiro Romilson, a Rita Bergamasco, que também estavam acompanhando o Tribunal de Contas, e que ele não seria incoerente de não acompanhar o que vinha fazendo durante os primeiros anos de mandato, e que justificava que era favorável ao Tribunal de Contas; agradeceu, desejando boa noite; a seguir, pediu, novamente, a palavra o Sr. William de Souza Silva que mais uma vez cumprimentou a todos, dizendo ao Sr. Presidente que voltava de novo à Tribuna, para se retratar perante à sua Colega, Vereadora Rita, e que não poderia deixar de encerrar sua fala, sem parabenizá-la pelo seu voto e que respeitava o trabalho dela, e também aos demais Vereadores do PMDB, e que ele votava com a consciência tranquila, e aproveitava para deixar bem claro para os Colegas Vereadores dessa harmonia que eles tinham na Câmara, do respeito que tinham pelo Partido dos Srs. Vereadores, e que o PMDB era um partido muito importante, ele tinha muitos amigos no PMDB, e que esse julgamento não deixasse aí outros tipos de atitudes e nem fizesse informações distorcidas, modificassem essa harmonia que tinham entre eles, em decorrência de um julgamento que dividiam ou eram diferentes na opinião; reforçou mais uma vez que lamentava apenas, e se dirigia à Vereadora Rita, ao Vereador Romilson, Vereador Xanddy e Magrão, principalmente, os do PMDB e o Romilson que os acompanhou no relatório, que ele ficava triste por não ter essa defesa, essa defesa, essa apresentação de argumentos, e esclarecia aos Colegas que encontrou algumas pessoas na rua que lhe falaram: “Zidane, as contas estão aprovadas, agora, vamos ver se vocês são justos no julgamento.” Disse que falou a eles que, claro, era importante, e que pedia aos Senhores que defendiam a bandeira partidária, que gostavam da administração do ex Prefeito, que fossem lá e apresentassem os argumentos, e que eles pudessem, também, ter mais argumentos, talvez tinham coisas que eles não conseguiam observar, e nada como um advogado, que teriam a possibilidade de trazer, inclusive, um contador neste julgamento, para questionar questões técnicas, pessoas experientes do Tribunal de Contas e que isso não aconteceu, e que esse era o principal motivo de indignação num julgamento de contas; disse que, reforçando, também, a questão do Tribunal de Contas como eram duvidosos esses apontamentos, essas contas, os critérios que eram utilizados pelo Tribunal de Contas, e que valia aí uma reflexão na legislação, para tentarem, através dos seus Deputados conseguir organizar as legislações, que isso fosse de decisões mais claras, mais coerentes, mais concretas na aplicabilidade do que se concernia nas contas públicas; disse que essa era a sua colocação e a fundamentação e finalizava deixando seu respeito, parabenizando a Vereadora Rita, o Vereador Xanddy, todos do partido do PMDB, que não estava sendo

julgado, e quem estava sendo julgado era a pessoa do Sr. Ex Prefeito, e agradeceu pela atenção de todos; a seguir, pediu, novamente, a palavra o Sr. Alexandre da Silva Santos que disse de enaltecer ali as palavras do Vereador Zidane, que, às vezes, as pessoas acabavam vinculando o ex Prefeito com o atual Prefeito, eles, que eram do PMDB, fazendo com que a imagem deles fosse a imagem deles, e que isso não tinha nada a ver com eles; disse que não era político, ele não tinha sofrido nenhuma pressão da atual administração, nem da administração passada, o voto era dele, era individual de cada um, que representava os munícipes que os colocaram ali, e que o seu voto, era o seu voto, do Xanddy, não era do ex Prefeito e nem do atual Prefeito, toda a responsabilidade ali, que ia acontecer no futuro, quem iria pagar, era cada Vereador, e que não concebeu nenhuma imagem de Vereador com o atual Prefeito ou com o ex Prefeito, assim dizia em seu nome, e não sabia se era igual para todos os Vereadores, agradeceu, desejando boa noite; a seguir, pediu, novamente, a palavra o Sr. Adilson José Abruhez que cumprimentou a todos, novamente, e que gostaria de registrar ali, e que ficou claro com todos ali, e que também era a sua opinião, que o julgamento era da conta, era do Prefeito, PMDB, a maioria ali tinha nascido dentro do PMDB politicamente, ele era um deles, que nasceu dentro do PMDB, e que o PMDB teve grandes transformações, fez grandes transformações em Jaguariúna, e que não tinha nenhuma questão de Vereadores, não tinha nenhuma questão de nada, era uma questão, também, de responsabilidade, de cada Vereador, e que eles iam respeitar cada voto, e que esse era o Colegiado, essa era a Democracia, e como disse o Fred, era para verem a tranquilidade que eles estavam fazendo um julgamento tão importante para o Município, e tudo tranquilo, tudo na paz e assim que tinha que ser e eles iriam respeitar, o resultado que desse, era o resultado que o Colegiado, que a maioria quis; disse que ele, logicamente, continuava rejeitando esse Decreto Legislativo, e pedindo que se rejeitasse esse Projeto de Decreto Legislativo, mas respeitava todos os resultados; agradeceu; a seguir, pediu, mais uma vez, a palavra a Sra. Rita de Cássia Siste Bergamasco que disse de salientar que, realmente, toda essa discussão era muito saudável, e como o Fred tinha falado, dentro de uma tranquilidade; disse achar que o voto não poderia ser político, ele tinha que ser um voto coerente com aquilo que eles tinham de dados, e que eles também não podiam desprezar o Tribunal de Contas, e que o Tribunal de Contas era um órgão extremamente importante, que analisava, e que era baseado nisso, que ela... disse que só queria fazer uma observação, disse ao Vereador Zidane, que na questão da defesa, achava importante sim, que as partes todas estivessem na Casa, mas como o Fred

mesmo tinha lhe lembrado, o Prefeito teve as contas aprovadas pelo Tribunal, e que era só isso; agradeceu. A seguir, em votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 006/2014, da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, que aprova as contas da Prefeitura Municipal de Jaguariúna, atinentes ao exercício financeiro de 2010, foi o mesmo rejeitado por sete contrários votos, sendo cinco favoráveis dos Srs. Alexandre da Silva Santos, Ângelo Roberto Torres, Rita de Cássia Siste Bergamasco, Rodrigo da Silva Blanco e Romilson Nascimento Silva. Rejeitado o Decreto Legislativo que aprova as contas do exercício de 2010, foi apreciado o Projeto de Decreto Legislativo nº 007/2014, do Sr. Luiz Carlos de Campos, membro da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, que rejeita a prestação de contas anuais da Prefeitura Municipal de Jaguariúna, relativa ao exercício financeiro de 2010. (Quorum de deliberação: maioria qualificada: Art. 50, § 2º, I do R.I. para rejeição do parecer prévio do Tribunal de Contas.) Em Discussão e votação o referido Projeto de Decreto Legislativo obteve oito votos favoráveis, sendo cinco contrários dos Srs. Alexandre da Silva Santos, Ângelo Roberto Torres, Rita de Cássia Siste Bergamasco, Rodrigo da Silva Blanco e Romilson Nascimento Silva. O Sr. Presidente teve direito a voto em conformidade com o Art. 23, II, “e”, “2” do Regimento Interno, combinado com o Art. 31, Parágrafo Único, II, da Lei Orgânica do Município de Jaguariúna. Embora obtendo a maioria dos votos favoráveis, o Projeto de Decreto Legislativo nº 007/2014, do Sr. Luiz Carlos de Campos, membro da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, que rejeita a prestação de contas anuais da Prefeitura Municipal de Jaguariúna, relativa ao exercício financeiro de 2010, não obteve “quorum” necessário para sua aprovação, isto é, nove votos favoráveis, em conformidade com o Art. 50, § 2º, I do R.I. para rejeição do parecer prévio do Tribunal de Contas. O Sr. Presidente, a princípio, disse que o Projeto de Decreto Legislativo para ter prosseguimento teria que ter nove votos, e que por uma questão regimental, as contas anuais de dois mil e dez foram aprovadas; diante de manifestação no Plenário, o Sr. Presidente disse que iria encaminhar do jeito que estava, e que entendia que tinha dois terços de votos, e, depois de orientação do Departamento Jurídico da Casa disse que as contas não estavam aprovadas e nem rejeitadas, e que a decisão votada na Casa, seria encaminhada para o Ministério Público e para o Tribunal de Contas, conseqüentemente, e repetiu que o número para se rejeitar ou para se aprovar não foi obtido, e ficou nesta lacuna e cabia, realmente, à Justiça decidir. A seguir, dos Srs. David Hilário Neto, Luiz Carlos de Campos, Fábio Augusto Pina, Romilson Nascimento Silva

e Adilson José Abracez foi apresentado requerimento de urgência especial para que os seguintes projetos de lei fossem apreciados em Única Discussão, naquela sessão: 1. Projeto de Lei que dispõe sobre denominação de estabelecimento de saúde como Centro de Especialidades Odontológicas – CEO Lázaro Poltronieri – Inho, encaminhado a Casa através do Ofício DER nº 081/2014; 2. Projeto de Lei que dispõe sobre inclusão do art. 52-A no Plano Plurianual para o período de 2014 a 2017 (Lei Municipal nº 2.173/2013), encaminhado a Casa através do Ofício DER nº 082/2014, 3. Projeto de Lei que dispõe sobre inclusão do art. 55-A nas diretrizes orçamentárias 2015 (Lei Municipal nº 2.229/2014), encaminhado a Casa através do Ofício DER nº 083/2014; 4. Projeto de Lei que dispõe sobre o repasse de valores do ICMS Ecológico para o Fundo Municipal de Meio Ambiente – FMMA, e dá outras providências, encaminhado a Casa através do Ofício DER nº 084/2014; em discussão, foi o referido requerimento aprovado por unanimidade de votos; a seguir, o Sr. Presidente designou o Vereador Luiz Gustavo Gothardo como relator especial para exarar parecer ao Projeto de Lei que dispõe sobre denominação de estabelecimento de saúde como Centro de Especialidades Odontológicas – CEO Lázaro Poltronieri – Inho, encaminhado a Casa através do Ofício DER nº 081/2014, motivo pelo qual suspendeu a sessão; decorrido o prazo necessário, o Sr. Presidente reabriu a sessão determinando a leitura do parecer do Relator especial designado ao referido projeto; a seguir, em Única Discussão, foi apreciado o Projeto de Lei nº 055/2014, do Executivo Municipal, que dispõe sobre denominação de estabelecimento de saúde como Centro de Especialidades Odontológicas – CEO Lázaro Poltronieri – Inho. (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49, “a” § 1º do R.I.). Em discussão e votação, foi o referido projeto aprovado por unanimidade de votos; a seguir, o Sr. Presidente designou o Vereador Luiz Carlos de Campos como relator especial para exarar parecer ao Projeto de Lei que dispõe sobre inclusão do art. 52-A no Plano Plurianual para o período de 2014 a 2017 (Lei Municipal nº 2.173/2013) encaminhado a Casa através do Ofício DER nº 082/2014, motivo pelo qual suspendeu a sessão; decorrido o prazo necessário, o Sr. Presidente reabriu a sessão determinando a leitura do parecer do Relator especial designado ao referido projeto; a seguir, em Única Discussão, foi apreciado o Projeto de Lei nº 056/2014, do Executivo Municipal, que dispõe sobre inclusão do art. 52-A no Plano Plurianual para o período de 2014 a 2017 (Lei Municipal nº 2.173/2013 (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º VIII. do R.I.). Em discussão e votação, foi o referido projeto aprovado por unanimidade de votos; a seguir, o Sr. Presidente designou o Vereador Adilson

José Abruze como relator especial para exarar parecer ao Projeto de Lei que dispõe sobre inclusão do art. 55-A nas diretrizes orçamentárias 2015 (Lei Municipal nº 2.229/2014), encaminhado a Casa através do Ofício DER nº 083/2014, motivo pelo qual suspendeu a sessão; decorrido o prazo necessário, o Sr. Presidente reabriu a sessão determinando a leitura do parecer do Relator especial designado ao referido projeto; a seguir, em Única Discussão, foi apreciado o Projeto de Lei nº 057/2014, do Executivo Municipal, que dispõe sobre inclusão do art. 55-A nas diretrizes orçamentárias 2015 (Lei Municipal nº 2.229/2014), (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º VIII. do R.I.). Em discussão e votação, foi o referido projeto aprovado por unanimidade de votos; a seguir, o Sr. Presidente designou o Vereador Fábio Augusto Pina como relator especial para exarar parecer ao Projeto de Lei que dispõe sobre o repasse de valores do ICMS Ecológico para o Fundo Municipal de Meio Ambiente – FMMA, e dá outras providências, encaminhado a Casa através do Ofício DER nº 084/2014, motivo pelo qual suspendeu a sessão; decorrido o prazo necessário, o Sr. Presidente reabriu a sessão determinando a leitura do parecer do Relator especial designado ao referido projeto; a seguir, em Única Discussão, foi apreciado o Projeto de Lei nº 058/2014, do Executivo Municipal, que dispõe sobre o repasse de valores do ICMS Ecológico para o Fundo Municipal de Meio Ambiente – FMMA, e dá outras providências (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49, “a” § 1º do R.I.). Em discussão e votação, foi o referido projeto aprovado por unanimidade de votos. Terminada a Ordem do Dia, o Sr. Presidente deu início à Explicação Pessoal dos Senhores Vereadores, que se manifestariam sobre atitudes pessoais assumidas durante a Sessão ou no exercício do mandato (Art. 168, R.I.): pela ordem, tomou a palavra o Sr. William de Souza Silva que mais uma vez cumprimentou a todos, agradecendo a todos os Vereadores pelas aprovações dos requerimentos, mais uma sessão, e aproveitou aquele momento da Explicação Pessoal para desejar seus parabéns ao nobre Colega Vereador Xanddy, que Deus iluminasse seus caminhos, que ele tivesse seus objetivos alcançados e que foi um prazer estar com ele naquele período compartilhando a cadeira de Vereador, e deixou seus parabéns, e que era para ele aproveitar bem aquele dia com sua família, com seus entes queridos e que ele soubesse que eles estariam sempre juntos, torcendo por ele e pela pessoa que ele era; disse que era para ele levar um abraço, também, à pessoa de sua mãe, que era uma pessoa pela qual tinha um carinho muito grande; disse que seria interessante ele aparecer, na próxima sessão, com o cabelo do Belo de novo para comemorar o aniversário; agradeceu pela atenção de todos. Terminada a Explicação Pessoal, o Sr. Presidente

encerrou a Sessão, convocando a próxima Sessão Ordinária para o dia dezesseis de setembro de dois mil e quatorze, terça-feira, com início determinado para às dezenove e trinta horas. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que lida e achada conforme, vai devidamente assinada.

Vereador Alfredo Chiavegato Neto
Presidente

Vereador Adilson José Abracez
Vice Presidente

Vereadora Rita de Cássia Siste Bergamasco
Primeira Secretária

Vereador Ângelo Roberto Torres
Segundo Secretário



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que a Ata da Sessão acima encontra-se devidamente assinada pela Mesa Diretora do biênio a que se refere, registrada em livro próprio e arquivada na Secretaria Legislativa desta Câmara Municipal.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 29 de agosto de 2019

VEREADOR WALTER LUÍS TOZZI DE CAMARGO
Presidente da Câmara

